

ILMº(a) Sr. (a) PREGOEIRO(a) DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO – RJ

Referência: **Pregão Eletrônico nº 056/2024** (Processo Administrativo 12632024)

Objeto: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para ornamentação, iluminação e serviços diversos do Período Natalino 2024 do Município de Cordeiro, em atendimento a Secretaria Municipal de Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Prezado(a) Pregoeiro(a),

A empresa **Dymer Soluções Integradas EIRELI**, com sede na Rua Cel. José Olímpio de Carvalho, nº 370, Sena Campos, Cordeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 14.402.299/0001-15, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos por **Maxcilene de Mello Emmerick Chermout**, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 12.027.025-1 e CPF nº 086.221.347-92, com endereço eletrônico **comercial@dymer.com.br**, vem, respeitosamente, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital do Pregão Eletrônico nº 056/2024, conforme exposto a seguir.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO GLOBAL

O edital em referência prevê o critério de julgamento pelo menor preço global para a escolha da proposta vencedora. No entanto, tal critério contraria os princípios da competitividade e isonomia, previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Constituição Federal.

Ao exigir o menor preço global, o edital limita a participação de pequenas e médias empresas que poderiam fornecer determinados serviços a custos competitivos se o julgamento fosse realizado pelo critério de menor preço por item. Isso contraria a ideia de uma competição ampla e democrática, comprometendo a igualdade de condições para os participantes.

Ademais, o item 1.2 do presente Edital prevê:

*“1.2. A licitação será **dividida em itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, **facultando-se** ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.” (grifo nosso)*

Este item está em total desacordo com o critério de julgamento escolhido pela unidade contratante, uma vez que qualquer empresa que tenha interesse em participar, terá que o fazer no todo, ofertando seu preço em todos os itens, não havendo liberdade para escolher um item ou lote específico.

Merece notar que o objeto desta licitação é divisível, e cada um deles podem ser prestados por empresas diferentes, o que poderia gerar economicidade e eficiência para o

órgão contratante. Ao escolher como critério de julgamento o menor preço global, muitas empresas ficam excluídas antes mesmo de se iniciar o certame, o que fere a competitividade.

Da leitura do Edital, do termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, não há nenhuma menção à necessidade e vantajosidade na escolha do julgamento pelo menor preço global, sendo que esse é um requisito básico para justificar tal escolha.

No próprio Estudo Técnico Preliminar, a Secretaria de Turismo de Cordeiro reconhece que existe uma ampla disponibilidade de empresas aptas para fornecer este serviço (**pág. 09 do ETP**). As várias planilhas inseridas no Termo de Referência, indicam que o serviço pode ser dividido entre vários fornecedores.

Portanto, o órgão comprador poderia ter optado pelo critério de menor preço por item, ao invés de menor preço global, que envolve inequívoca restrição à competitividade, especialmente levando em consideração que o objeto da licitação é a ornamentação, iluminação e diversos outros serviços em prédios e praças públicas. Não foi fundamentada a opção pela utilização do critério de julgamento pelo menor preço global para escolha da melhor proposta, eis que o objeto é divisível, não havendo previsão de utilização dos serviços e equipamentos em lotes específicos, do que se depreende que não há fundamentação objetiva para a opção.

Também não há nenhuma demonstração de que a divisão do serviço vai trazer prejuízo ou desvantagem para a Administração Pública.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ao julgar o **processo Nº 208.083-8/2024**, bem explicou que a escolha do critério de julgamento como menor preço global, não é vedado pela legislação, contudo, deve ser a exceção e não a regra, além de ter justificativa plausível, o que não aconteceu nesta licitação.

No voto proferido nos autos do processo **TCE-RJ nº 244.878-9/23**, o eminente Relator Christiano Lacerda Ghuerrren concluiu:

“É possível concluir, portanto, que a adoção do critério de julgamento de menor preço global somente encontra lugar quando for demonstrada, à saciedade, a inviabilidade de se promover a adjudicação por itens e evidenciadas fortes razões que demonstrem ser esse o critério que conduzirá a contratações economicamente mais vantajosas, sob pena de ofensa ao princípio da economicidade e o da isonomia - ante a indevida restrição do caráter competitivo do certame”.

No mesmo sentido é a jurisprudência do egrégio TCU sobre essa matéria, bem explicada na Súmula 247, que reproduzimos:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não

dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a matéria recebeu tratamento específico, conforme Enunciado nº 45 da d. Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, *in verbis*:

Enunciado nº 45 PGE: Recomendação de divisão do objeto a ser contratado

1. O objeto da contratação deve ser dividido em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, priorizando-se a admissão da adjudicação por item e não por preço global, levando-se em consideração o melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, na forma dos arts. 15, inciso IV e 23, §1º da Lei n.º 8.666/93 e do art. 13, inciso IV, Decreto estadual nº 46.642 de 17 de abril de 2019.

2. As exigências de habilitação devem se adequar a essa divisibilidade.

3. O objetivo da divisão do objeto é propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

4. O setor técnico sempre deverá apresentar justificativa expressa quanto a modelagem adotada, independentemente da opção ou não pelo parcelamento ou pela adjudicação por item.

Desta feita, tendo em conta de que este processo licitatório carece de estudos ou levantamentos específicos, que tenham evidenciado na fase interna da licitação, a inviabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto posto em disputa, conclui-se que a modelagem eleita (menor preço global) caracteriza a inobservância do estabelecido nos arts. 5º, 11 e 40 da Lei 14.133/2021, bem como ao posicionamento firme do TCE/RJ e do TCU.

2. DA ALTERNATIVA VIÁVEL E LEGAL – MENOR PREÇO POR ITEM

Considerando o objeto da licitação, observa-se que os serviços e produtos poderiam ser divididos em itens distintos, permitindo que empresas especializadas em determinadas áreas participem sem a necessidade de fornecer todos os serviços. Dessa forma, sugere-se a alteração do critério de julgamento para menor preço por item, que ampliaria a competitividade e vantajosidade e incentivaria a participação de um maior número de licitantes.

3. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento e processamento da presente impugnação;
2. A retificação do edital para que o critério de julgamento seja o de menor preço por item.

Termos em que,
Pede deferimento.

Cordeiro, 14 de novembro de 2024

MAXCILENE DE MELLO EMMERICK CHERMOUT